

# Meta de superávit primário para 98 é alta

O economista Raul Velloso diz que a previsão do governo de 2,5% do PIB é difícil de alcançar

Liliana Enriqueta Lavoratti  
de Brasília

Para gerar o efeito esperado pelo governo federal no resultado das contas públicas em 1998, nenhuma das medidas do pacote fiscal poderá falhar. O superávit primário – receitas menos despesas, sem incluir os juros da dívida pública – de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), almejado pela equipe econômica, está muito acima das expectativas do especialista em finanças públicas, Raul Velloso. “O mais razoável é apostar em algo em torno de 1,8% do PIB como superávit primário consolidado no próximo ano”, disse o economista.

Esse saldo positivo deverá ser três vezes maior que aquele gerado em 1997, quando as receitas dos três níveis de governo mais estatais ficarão 0,6% do PIB acima dos gastos. A maior contribuição para essa melhoria viria do governo federal, cujo superávit primário saltaria dos atuais 0,4% para 1,4% do PIB. A hipótese considera que as estatais aumentem seu superávit primário de 0,3% do PIB – aguardado neste ano – para 0,4% do PIB em 1998.

Já os estados e municípios, que em 1997 deverão fechar o ano com déficit primário de 0,1%, ajudariam no ajuste fiscal se conseguissem um equilíbrio nas suas contas. Para alcançar o superávit primário de

	Governo federal - 1995-97				
	(Em % do PIB)				
	1995	1996	1997	1998-I	1998-II
<b>Benefícios previdenciários</b>	4,9	5,4	5,5	5,8	5,7
<b>Inativos pensionistas</b>	2,4	2,3	2,2	2,3	2,2
<b>Seguro-desemprego</b>	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6
<b>Pessoal ativo</b>	3,1	3,1	2,9	3,0	2,9
<b>Saúde</b>	1,3	1,2	1,2	1,4	1,4
<b>Demais setores (inclusive manutenção)</b>	1,8	1,6	2,5	2,1	1,8
<b>Saldo primário</b>	0,5	0,4	0,4	0,1	1,4
<b>Receita líquida</b>	14,6	14,7	15,2	15,2	15,9

Tx. cresc. PIB 98 = 05%.

1998-II contempla os efeitos do "pacote" fiscal de novembro/97 em sua versão original

1998-I não contempla o "pacote" fiscal

Fonte: Raul Velloso

2,5% do PIB, seria preciso que, além de 1,4% da União, os estados e municípios gerassem um saldo positivo em suas finanças de 0,4% do PIB e as estatais quase dobrassem sua contribuição, saindo de 0,3% para 0,7% do PIB.

Velloso prefere ser “conservador” em suas projeções por causa do fa-

tor eleições em 1998. Em sua avaliação, as incertezas sobre o efeito das eleições no próximo ano sobre as contas públicas, mais o comportamento do cenário internacional, levaram o governo federal a fazer uma espécie de “seguro” contra o agravamento da crise. “Vários sinais emitidos de outubro para cá mos-

tram que, se houver necessidade de aprofundar o ajuste fiscal, existe espaço para novidades”, argumentou.

Além do aumento das receitas, o que ajudará a elevar substancialmente o superávit primário do governo federal no próximo ano é a queda nos gastos de custeio, investimentos e programas em geral. Essas despesas deveriam representar 2,1% do PIB em 1998 (ante 2,5% neste ano), caso não existisse o pacote fiscal.

Como o pacote determinou o corte de 6% nos gastos de investimentos e de outros 15% nas despesas de custeio, esse item, denominado por Velloso de “demais setores” na tabela ao lado, deverá cair para 1,8% do PIB. Mesmo com as medidas do pacote fiscal, os gastos da Previdência Social deverão crescer de 5,5% para 5,7% do PIB no próximo ano. No caso dos gastos com inativos e pensionistas da União, o pacote fará apenas com que permaneçam no mesmo patamar deste ano (2,2% do PIB), situação semelhante das despesas com pessoal ativo (2,9% do PIB). A hipótese de Velloso prevê ainda que os gastos com o setor de Saúde crescerão de 1,2% para 1,4% do PIB de 1997 para 1998 e que o desembolso para o seguro-desemprego fique estável na faixa de 0,6% do PIB. Ele considerou que a economia crescerá 0,5% no próximo ano.